

VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA

Governo aprimora gestão de dados administrativos

A PROVISÃO dos serviços de justiça e protecção dos direitos da criança poderá melhorar nos próximos tempos no país, com a introdução de reformas na gestão de dados administrativos sobre a violência contra menores.

Para o efeito, o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MIJACR) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estão a liderar um estudo dos sistemas de gestão de dados sobre violência contra a criança no país, facto que vai permitir a análise da sua magnitude e circunstâncias.

A realização da avaliação resulta do pressuposto de que o combate à violência contra a criança demanda a existência de bases e evidências para o desenvolvimento de políticas públicas.

O secretário permanente do MIJACR, Manuel Didier Malunga, disse quinta-feira, no lançamento da iniciativa, que nos últimos anos houve aumento de notificações de casos de violência contra a criança, no entanto, não mostram a magnitude do problema.

“Embora os dados administrativos não revelem a

prevalência real da violência contra as crianças, os mesmos podem indicar o número de incidentes identificados e reportados às autoridades e provedores de serviços, os pontos importantes de entrada, intervenções e acesso aos serviços de protecção”, disse.

A representante do UNICEF, Edith March, recordou que a violência contra a criança ocorre de várias formas e contextos, incluindo dentro da família, escola, comunidade, instituições de acolhimento, de privação da liberdade e através da Internet.

“Cerca de 300 milhões de crianças no mundo, com idades compreendidas entre os dois e quatro anos, experimentaram formas violentas de disciplina por parte dos seus cuidadores. Mais de 15 milhões de adultos, dos 15 aos 19 anos, tiveram na sua vida relações sexuais forçadas”, revelou.

March frisou que as informações do relatório sobre a violência contra a criança vão apoiar o Governo e parceiros a elaborar políticas públicas, leis, intervenções e programas para protecção e promoção dos direitos da criança.